

Prioridade	Objectivo Estratégico	Indicadores de Resultado	Base 2010	Meta 2014	Ações Prioritárias	Indicador de Produto	Base 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Instituição responsável
Facilitar o acesso aos Mercados	Melhorar e expandir as infra-estruturas e serviços de transporte	8. km de estradas que dao acesso as zonas com potencial agrícola	380	1100	Melhorar e manter as vias de acesso nas zonas de alto potencial agrícola	8.1. Rede de estradas aberta para o tráfego normal de veículos durante o ano, com algumas excepções (Indicador do QAD 2012-2014)	71%	72%	74%	75%	76%	MOPH - ANE/FE
	Melhorar a gestão pós colheita e pós captura	9.Redução das perdas pós capturas	30%	10%	Promover e difundir a construção de infraestruturas local de pesca artesanal e para armazenamento	9.1. Número de infra-estruturas de apoio a pesca artesanal construídos (não cumulativos) - (Indicador do QAD 2012-2014)	5 desembarcados uros 6 fábricas de gelo adquiridas 2 mercados de primeira venda	4 desembarcados uros 13 fábricas de gelo adquiridas 5 mercados de primeira venda	3 Mercados retalhista 5 fábricas de gelo adquiridas 12 mercados de primeira venda	2 Mercados retalhista 3 fábricas de gelo adquiridas 3 mercados de primeira venda	5 Mercados retalhista 4 fábricas de gelo adquiridas 3 mercados de primeira venda	M. PESCAS
	Facilitar o acesso aos serviços financeiros nas zonas rurais, assegurando o maior alcance das mulheres	10.Número de pequenos produtores ligados aos serviços microfinanceiros	240000	310 000	Promover e institucionalizar linhas de crédito especiais e fundos de garantias para o apoio aos pequenos produtores e agentes económicos assegurando uma maior representação das instituições financeiras nas zonas rurais	10.1 Numero cumulativo de Distritos com Instituições microfinanceiras estabelecido e em pleno funcionamento/ Sociedade de Investimento ao Agronegócio Estabelecida e a funcionar		60	68	75	80	MAE - DNPDR
Melhorar a gestão sustentável recursos naturais (terras, águas, pescas e floresta)	Melhorar o planeamento territorial e os mecanismos de gestão de terras	11.% dos distritos com planos de uso de terra aprovados e reduzido indice da degradacao da terra	48%	100%	Implementar a lei de ordenamento territorial com enfoque para o mapeamento, zoneamento agrário e cadastro das terras	11.1 Número de planos de uso de terra elaborados e aprovados ao nível dos distritos (cumulativo) e mapeados o numero de Distritos(Cumulativo) com risco de desastres	61 - 5	86 - 10	106 - 15	125 - 20	128 - 25	MICOA/MAE INGC
					Difundir ao nível das localidades a pertinencias da preservação do ambiente e efeitos de mudanças climáticas tendo em conta o género	11.2 Número de educadores ambientair em localidades prioritárias	800	1200	1400	900	700	MICOA
	Adoptar medidas de redução de risco a calamidades e adaptação as mudanças climáticas	12.Número de comunidades vulneráveis com a capacidade de adaptação as mudanças climáticas	4 Comunidades (em Guijá e Chicualacuala)	200 Comunidades	Promover a agricultura de conservação e diversificação das fontes de rendimento em áreas de risco de desastres	12.1 Número de projectos e iniciativas de adaptação às mudanças climáticas em zonas de risco - (Indicador do QAD 2012-2014)	2	12	24	36	40	MICOA/MAE INGC
				Criar, treinar e equipar comités de gestão de risco de desastres em zonas de risco de desastres	12.2 No cumulativo de Comites Locais de Gestao de Risco de desastres funcionais tomando em conta as mudanças climáticas	558	648	738	828	918	MAE - INGC	

Objectivo 2 - Promoção do Emprego

Prioridade	Objectivo Estratégico	Indicadores de Resultado	Base 2010	Meta 2014	Ações Prioritárias	Indicador de Produto	Base 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Instituição responsável
Estimular a criação de Emprego	Criar um ambiente favorável à constituição e desenvolvimento das MPME's, atracção de investimento doméstico e estrangeiro em indústrias de mão-de-obra intensiva	13.Posicionamento de Moçambique no doing business & (8° na SADC)	126° (2011) (Total de 183 países)	113°	Aprovar e implementar o estatuto geral das MPME's	13.1 Número de Instituições que adoptam a nova classificação	4	2	2	2	2	MIC (IPEME), MF(AT), MITRAB e MJ
					Massificar o regime de licenciamento simplificado das actividades económicas, estendê-lo para mais áreas de actividades;	13.2 Número de empresas licenciadas no Regime Simplificado [MIC]	5000	6500	7500	8500	9500	MF, MIC
					Aprovação e implementação do regime de licenciamento negativo para as empresas Microempresas	13.3 Número de empresas usando licenciamento negativo	0	0	0	500	5000	MF, MIC
					Melhorar o desempenho de Moçambique no "ranking Doing Business"	13.4 Melhorar o desempenho de Moçambique no "ranking Doing Business" - (Indicador do QAD 2012-2014)	0	0	Reduzir em (50%) o número de procedimentos para começar um negócio	Reduzir em (50%) o número de dias para obter a licença de construção	Por definir	MF, MIC
	14.Numero de Empresas assistidos	1.000	8.000	Criação de incubadoras de empresas	14.1. Número de incubadoras centros de transferência de conhecimento e de orientação ao Empresário criadas e operacionalizadas	1	7	10	14	17	MIC (IPEME)	
	Assegurar o acesso integrado ao crédito e aos serviços de apoio e desenvolvimento das MPME's	15.Criar linha de credito e Fundo de Garantia para as PME's	0	2	Criar um serviço integrado de financiamento e de prestação de serviços de apoio as MPMEs com vista a facilitar o processo da sua instalação e desenvolvimento	15.1.Numero de pacotes de servicos disponibilizados (CTCs, CorE, Business Linkage)	3	5	9	13	16	MF, MIC, MINAG e MPD
Melhorar a eficiência e efectividade dos serviços públicos de emprego	Estabelecer esquemas de obras públicas intensivas em mão-de-obra que forneçam postos temporários de emprego de baixo custo em obras públicas como construção e manutenção de infra-estruturas	16.Plano Anual de Concursos Publicos	0	1	Regulamentar e implementar os esquemas de obras públicas intensivas em mão-de-obra que fornecem postos temporários de emprego de baixo custo em obras públicas como a construção e manutenção de infra-estruturas locais;	16.1. Percentagem de MPE's contratadas nos concursos públicos de pequena dimensão (dos 30% previsto no regulamento 15/2010) (Indicador do QAD 2012-2014)	0	8%	10%	20%	30%	MOPH e MITRAB
					Estender e capacitar os centros públicos de emprego em meios humanos e materiais por forma a realizar com efectividade acções de Informação e Orientação Profissional e integrar nestes valências de apoio ao micro-empresário, de facilitador ao acesso a crédito e de promotor de estágios profissionais;	17.1.Numero de Centros expandidos, apetrechados e com pessoa capacitado	23 precariamente apetrechados.	4	7	9	10	MITRAB (INEFP)
		17.Numero de				17.2. Um número significativo de cidadãos recebendo formação profissional para auto-emprego e massificados formações em gestão de pequenos negócios.	43.580 formados pelos Centros de Formação Profissional Públicos.	91.414 (25% formados pelo sector público)	95.984 (25% formados pelo sector público)	105.823 (25% formados pelo sector público)	111.114 (25% formados pelo sector público)	CFP do INEFP e outros públicos e privados

Prioridade	Objectivo Estratégico	Indicadores de Resultado	Base 2010	Meta 2014	Acções Prioritárias	Indicador de Produto	Base 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Instituição responsável
Melhorar a empregabilidade		desempregados colocados no sector produtivo	52000	169,738	Estabelecer programas intensivos de estágio entre as escolas técnicas, centros de formação profissional e as empresas públicas e privadas com vista aprimorar capacidades técnicas dos recém-graduados	17.3. Número de estagiários colocados	2019	2000	3000	4000	5000	MITRAB (INEFP)
	Criar um sistema de certificação de competências profissionais.				Definir os padrões de entrada e saída e estabelecimento de avaliação e certificação profissional no País envolvendo parceiros sociais	17.4. Número de sectores abrangidos pelo sistema de certificação de competências - SACCIP (Não cumulativo) (Indicador do QAD 2012-2014)	0	Implementado SACCIP em 4 sectores profissionais do Sistema formal de educação profissional (SFEP)	Implementado SACCIP em 4 sectores profissionais do Sistema formal de educação profissional (SFEP)	SACCIP expandido para mais 2 sectores profissionais do Sistema formal de educação profissional (SFEP) e para 2 áreas profissionais do sector informal de educação	SACCIP expandido para mais 2 sectores profissionais do Sistema formal de (SFEP) e para 2 áreas profissionais do sector informal de educação	MITRAB (INEFP) e MINED
Objectivo 3 - Desenvolvimento Humano E Social												
no acesso aos serviços sociais	Promoção da equidade no acesso aos cuidados de saúde privilegiando a saúde e nutrição da mulher e da criança e de outros grupos vulneráveis	18. Taxa de mortalidade infanto-juvenil (<5 anos)	140/1000	125/1000	Reforço das acções com vista ao aumento do acesso das mulheres grávidas ao parto institucional .	18.1 Taxa de cobertura de partos institucionais (Indicador do QAD 2012-2014)	62	62,6	63	65	66	MISAU/ SETSAN
		19. % da população menor de 5 anos com altura para idade abaixo de 2 desvio padrão (2-DP)	44%	30%	Implementação das actividades de vigilância nutricional preventiva e curativas para redução da mortalidade por mal nutricao em crianças de 0-5 anos	19.1 Taxa de mortalidade institucional por desnutrição grave	15%	9%	7%	6%	4%	MISAU/ SETSAN
						19.2 % de crianças menores de um ano de idade completamente vacinadas	72%	73%	76%	78%	80%	MISAU/ SETSAN
	Melhora da gestão de recursos humanos, elevando o nível de humanização dos serviços com ênfase no atendimento com qualidade e na satisfação das necessidades dos utentes	20. Rácio de trabalhadores de saúde das áreas de medicina, enfermagem e SMI por 100.000 habitantes (Indicador do QAD 2012-2014)	63	69	Formação, graduação e colocação adequada dos profissionais de saúde	20.1 Nº de novos graduados das carreiras específicas da saúde	2180	1650	1700	1550	1700	MISAU
	Acesso universal ao Ensino Primário de sete classes, de qualidade que garanta a aprendizagem de competências básicas	21. Taxa bruta de conclusão EP2 - Total (e Meninas)	48% (2009)	57%	Continuar a implementação dos programas virados para assegurar a participação e retenção dos alunos na idade certa	21.1 Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe - Total (e Meninas) (Indicador do QAD 2012-2014)	69,8%	73%	Total: 73%	Total: 76%	Total: 79%	MINED
Meninas						68,6%	72%	Meninas: 71%	Meninas: 74%	Meninas: 77%		
				Priorizar actividades viradas para a melhoria de gestão da escola, incluindo o uso do tempo dos professores e o seu recrutamento	21.2 Alunos por professor no ensino primário do 1º grau (1ª à 5ª classe) (ensino público, diurno) - (Indicador do QAD 2012-2014)	65,8	65	62	61	60	MINED	

Prioridade	Objectivo Estratégico	Indicadores de Resultado	Base 2010	Meta 2014	Acções Prioritárias	Indicador de Produto	Base 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Instituição responsável	
Disponibilidade e qualidade		- Meninas	42.8% (2010)	53%	Continuar a consolidação e implementação dos programas com enfoque na melhoria da qualidade do ensino,	21.3 Adopção de um sistema de avaliação de competências básicas. -(Indicador do QAD 2012-2014)		Sistema aprovado pelo Conselho Consultivo do Ministério	Estudo piloto de larga escala para estabelecer o 'baseline'	Meta de 2013 por determinar na RP 2012	Melhoria em comparação com baseline (valor por confirmar em 2013)		
	Expansão do acesso para os jovens e adultos aos programas de alfabetização e de habilidades para a vida, para que possam tomar melhor controlo sobre o seu desenvolvimento e da sua família através de dotação de competências adequadas às exigências do mercado de trabalho e da vida contemporânea	22.Taxa de Analfabetismo (Total e do Sexo Feminino)	48,1% (2008)	30% (2015)	Alfabetizar anualmente 1 milhão de jovens e adultos através de diferentes programas de alfabetização, envolvendo diferentes parceiros dentro e fora do aparelho de estado.	22.1 Número de jovens e adultos que participam nos diferentes programas de alfabetização (Total e Feminino)	680,455 (2009)	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	MINED
							- Feminino	70%	70%	70%	70%		
		- Feminino	62,7%	45% (2015)	Assegurar, em colaboração com outros provedores (dentro e fora do Governo), a expansão das oportunidades de formação profissional não formal e de curta duração para alunos que completem o ensino primário, bem como jovens e adultos fora de sistema através, entre outros, da criação dos Centros Comunitários de Desenvolvimento de Competências.	22.2 Número de jovens e adultos que participam num programa de educação não formal (publico e privado) (Total)		estabelecimento da base	por definir	por definir	por definir	por definir	MINED
							- Feminino		estabelecimento da base	por definir	por definir	por definir	
	Expansão das oportunidades de qualidade e relevância para desenvolver habilidades para a vida para jovens e adultos, com enfoque no ensino pós primário (secundário, técnico e superior)	23.Taxa de escolarização bruta (1º ciclo do Ensino Secundário e Ensino Técnico-Básico) - Total (e Meninas)	42.8% (2009)	51%	Expandir de forma sustentável o ensino secundário geral, através da combinação do sistema presencial e do ensino à distância, construindo escolas mais perto das comunidades, incentivando a participação do sector privado e outros provedores, assegurando a equidade no acesso, qualidade do ensino e relevância da educação ao mercado de trabalho e o desenvolvimento do país	23.1. Taxa de transição EP2 / nível seguinte - total	93%	85%	85%	90%	90%	90%	MINED
- Meninas							93%	86%	87%	90%	92%		
Social Básica	Aumentar da cobertura e o impacto dos Programas de Acção Social Directa, contribuindo para a segurança económica e nutricional dos grupos mais vulneráveis	24.% de agregados familiares vivendo em situação de pobreza beneficiando dos programas de acção social direct [nas zonas rurais e urbanas desagregado por sexo]	11%	17,5%	Alargar de forma gradual e sustentada a cobertura dos Programas de Acção Social DirectaSegurança Social Básica a uma percentagem crescente dos agregados familiares, com base num mapeamento de vulnerabilidades sociais e num exercício de custeamento das diferentes opções e de análise das opções de financiamento, de forma a garantir a sustentabilidade financeira das mesmas	24.1. Número de agregados familiares abrangidos por programas de Acção Social directa. (Indicador do QAD 2012-2014)	264.511	302.081	279.969	336.507	371.618	MMAS	

Prioridade	Objectivo Estratégico	Indicadores de Resultado	Base 2010	Meta 2014	Ações Prioritárias	Indicador de Produto	Base 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Instituição responsável
Segurança	Desenho e operacionalização de um Programa Nacional de Acção Social Produtiva em resposta à insegurança alimentar crónica e à vulnerabilidade face aos choques climáticos, à variação de preços e à sazonalidade na produção agrícola	25.% de agregados familiares vivendo em situação de pobreza beneficiando dos programas de acção social directa [nas zonas rurais e urbanas desagregado por sexo]	0%	20,34%	Implementação do Programa destinado à assistência social em troca de trabalhos públicos, assegurando a inclusão das pessoas mais vulneráveis	25.1.Nº de agregados beneficiando do Programa de AS Produtiva	0	Programa desenhado e aprovado	179.994	295.629	443.363	MMAS
Infra-estruturas Sociais	Aumentar o acesso e uso dos serviços de abastecimento de água potável e saneamento seguro nas zonas rurais e urbanas/peri-urbanas.	26. % da população que usam fontes seguras de água potável nas zonas rurais e urbanas	Rural: 30%	Rural: 58%	Construção e reabilitação de fontes dispersas, nas zonas rurais.	26.1 Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais - (Indicador do QAD 2012-2014)	16.500	18.900	19.432	19.614	20.069	MOPH /DNA
		27.% das pessoas que usam infra-estruturas de saneamento adequadas nas zonas rurais e urbanas	Urbano: 47%	Urbano: 63%	Promoção da construção de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas em zonas urbanas e peri-urbanas.	27.1. Nr de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas em zonas urbanas e peri-urbanas -(Indicador do QAD 2012-2014)	37.800	54.000	56.600	59.200	62.200	MOPH /DNA
	Expandir os serviços de energia para saúde e educação:	28.Infra-estruturas sociais (Escolas, Hospitais e Centros de Saúde, Sistemas de abastecimento de água) com acesso sustentável aos serviços de energia moderna fora da rede (Sistemas Isolados)	553	1875	Prosseguir com a instalação de sistemas solares em zonas rurais sem acesso à energia da Rede Eléctrica Nacional (REN) com prioridade para escolas e centros de saúde, em todas as Províncias;	28.1.Numero de escolas, centros de saúde eletrificados através de painéis solares	553	775	875	1375	1875	ME- FUNAE
		Promover o Acesso e Posse Segura de Terra Infra-Estruturada e Apoio à Auto-Construção	29. % de agregados familiares sem talhão infraestruturada coberto	21,1%	80%	Proceder ao planeamento e ordenamento territorial com vista a promover a construção habitacional e adoptar medidas para disciplinar o uso dos solos urbanos e peri -urbanos;	29.1. Nº de talhões demarcados marcado 29.2. Nº de casas habitacionais construidas	60.000 1.400	60.000 1.400	60.000 1.400	60.000 1.400	60.000 1.400